



Instituto Politécnico do Porto

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

2018 / 09 / 10

EXAME (época especial)

Duração: 2h00

DOCENTE: JOSÉ PEDRO TEIXEIRA FERNANDES

DIREITO DOS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

Mestrado em Empreendedorismo e Internacionalização

I Grupo (5,0 valores)

Assinale como Verdadeiras (V) ou Falsas (F) as seguintes afirmações:

(1,0 val. cada questão; são descontados -0,5 valores por cada resposta incorrecta)

1.1. Dentro da União Europeia não existem direitos (impostos) aduaneiros na importação / exportação de mercadorias e há uma mesma legislação para as obrigações contratuais em matéria civil e comercial que impliquem conflito de leis. **V**

1.2. Segundo a Convenção de Viena das Nações Unidas o contrato de compra e venda internacional de mercadorias não tem de ser concluído por escrito nem de constar de documento escrito e não está sujeito a nenhum outro requisito de forma. **V**

1.3. Face à legislação portuguesa, a constituição ou transferência de direitos reais sobre coisa determinada (por exemplo, a propriedade de um bem), dá-se por mero efeito do contrato, salvas as exceções previstas na lei. **V**

1.4. Às empresas portuguesas nunca é aplicável a Convenção de Viena das Nações Unidas sobre os contratos de compra e venda internacional mercadorias dado que Portugal não subscreveu essa Convenção internacional. **F**

1.5. A nova *lex mercatoria* é um Direito constituído por usos e costumes comerciais internacionais, contratos-tipo, incoterms, etc, tendo origem não estadual. **V**

II Grupo (15,0 valores)

**Responda de forma desenvolvida e fundamentada juridicamente
(cada questão = 3,0 valores)**

2.1. Contratos internacionais: conceito(s) e instrumentos jurídicos aplicáveis (vinculativos, de carácter intermédio e prudencial).

2.2. Num contrato comercial internacional é sempre possível escolher a lei e o tribunal competente para os eventuais litígios decorrentes do contrato? Que motivos podem levar as partes a optar pelo recurso à arbitragem?

2.3. Tendo em conta a heterogeneidade de ordenamentos jurídicos estaduais no mundo, enuncie algumas das principais vantagens, em termos legais, de efectuar comércio / negócios no interior da União Europeia.

2.4. Danos decorrentes de produtos defeituosos vendidos no(s) mercado(s) internacional(ais). Analise os riscos inerentes à responsabilidade estabelecida pela Directiva n.º 85/374/CEE e as vantagens de um seguro de responsabilidade civil.

2.5. O seguro de créditos à exportação (seguro de crédito externo): explique a sua natureza, enquadramento legislativo e contratual e relevância para os negócios internacionais.